

LISTA DE APOIAMENTO - PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

Derrubar a taxaço dos aposentados é tarefa de todos. Participe dessa luta você também!

Nós, abaixo-assinados, apoiamos o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, a ser encaminhado à mesa diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que dispõe sobre a alteração do Parágrafo Único do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 210 de 19 de dezembro de 2019, para que a contribuição ordinária prevista no referido parágrafo passe a incidir apenas sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e de pensões que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, de que trata o art. 201 da Constituição Federal de 1988, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

Nome completo e legível			
Endereço			
Município		DDD+Telefone	
Título eleitoral			
Nome da mãe			
Data de nascimento		CPF	
Assinatura			

Nome completo e legível			
Endereço			
Município		DDD+Telefone	
Título eleitoral			
Nome da mãe			
Data de nascimento		CPF	
Assinatura			

Nome completo e legível			
Endereço			
Município		DDD+Telefone	
Título eleitoral			
Nome da mãe			
Data de nascimento		CPF	
Assinatura			

Por que é OBRIGATÓRIO informar o Título Eleitoral em um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP)?

A Constituição do Estado do Ceará, em seu art. 62, afirma que "As propostas de iniciativa popular serão inicialmente submetidas à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação [CCJR] da Assembleia Legislativa, que deverá manifestar-se sobre sua admissibilidade e constitucionalidade. A proposta, se aprovada pela Comissão, seguirá o rito do processo legislativo ordinário." Já a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), em seu Regimento Interno (Resolução nº 751, de 14/12/2022), art. 212, inciso I, apresenta, claramente, a OBRIGATORIEDADE do título eleitoral para que um PLIP seja válido: "a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral." Ou seja, para que um PLIP seja apresentado à CCJR da ALECE, ele precisará, como condição inicial para ser "admitido", também do Título Eleitoral dos que assinam tal Projeto.